

O “PARQUE INDUSTRIAL I” DE SÃO JORGE D’OESTE (PR): implicações e relações de trabalho

Danielli Batistella Saquet¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo explicar os principais fatores que levaram à construção do Parque Industrial I em São Jorge D’Oeste (PR) e as relações de trabalho existentes nesta produção. Através da pesquisa percebemos que a prefeitura municipal, no intuito de industrializar o município e gerar empregos, tem oferecido incentivos infra-estruturais e tributários a empresários para instalarem as suas indústrias na área do Parque. Muitos empresários acabam sendo atraídos pelos incentivos e pela oferta de força de trabalho que pode ser contratada por baixos salários. Este processo levou muitos jovens e famílias do espaço rural a migrar para a cidade, em busca de emprego e de renda mensal, constituindo uma mobilidade espacial, temporária e/ou permanente. Ao mesmo tempo, esta forma de promover a industrialização, tem favorecido a concentração de renda em favor dos empresários.

Palavras-chave: Política de fomento; industrialização; relações de trabalho; acumulação.

THE “INDUSTRIAL AREA I” OF SÃO JORGE D’ OESTE (PR): implications and work relations

Abstract

This work investigates the percentile participation of the incomes in the composition of the per capita household income, with emphasis in the retirements and pensions, and searches to identify

¹ Geógrafa e acadêmica do Curso de Especialização em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE Campus de Francisco Beltrão. E-mail: danisaquet@hotmail.com

the incomes that are contributing to increase the inequality in the distribution of income of the South Region (1981-2002) and in its states between 1992 and 2003. For this, it uses the information derived from the decomposition technique of the index of Gini carried through for Ferreira and Souza (2005a) (2005b) (2006), from PNAD' s – Brazilian National Household Survey - 1981-2003. It is verified as trend, the continuous rise of the importance of the component "retirements and pensions", in detriment of the "main work", in the formation of the per capita household income and notices significant increase of the contribution of the retirements and pensions for the rise of the disparity in the distribution of income in the South Region and the State of the Rio Grande do Sul. In Santa Catarina, this contribution was less significant and, in the Paraná this component did not collaborate for the income concentration.

Key-words: *Incitement politics; industrialization; work relations; accumulation.*

Introdução

O espaço urbano é um lugar de fragmentações e articulações, concentração e aglomeração, resultado e condicionante social; um conjunto de símbolos e lugar de lutas sociais. Há concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais, de lazer e outras, com intensa especulação fundiária para futura expansão do espaço urbano. A cidade e o urbano são produto da urbanização e concomitante dinâmica socioespacial e são historicamente determinados pela divisão social e territorial do trabalho que gerou excedentes de alimentos e o acirramento da própria divisão social e territorial do trabalho. Há um processo de complexificação da vida na cidade e do urbano.

O espaço urbano de São Jorge D'Oeste não é muito diferente de outros espaços. Possui uma área central que inclui o bairro da Lapa. Recentemente, foram criados dois bairros novos, de forma planejada, através de conjuntos habitacionais. Desta forma, o poder público municipal adquiriu áreas próximas à cidade: para a construção destes bairros e, inclusive, a área do Parque do Industrial I. Estas áreas adquiridas pelo poder público municipal fazem com que exista entre a cidade e os bairros, a cidade e o parque, áreas vazias compostas por *chácaras*. Estas servem para uma especulação

imobiliária e para a futura expansão da cidade. Há, em São Jorge, visivelmente, processos e elementos comuns a outros lugares, e componentes específicos, que caracterizam este espaço urbano.

Esta configuração espacial, como noutros lugares, faz com que ocorra um deslocamento diário de trabalhadores de bairros da cidade e até mesmo do espaço rural para trabalhar nas indústrias localizadas no parque industrial, que se distancia estrategicamente da área central. Assim, vale destacar *um* dos agentes que organizam o espaço urbano (CORRÊA, 1989), ou seja, os proprietários dos meios de produção, no caso, os industriais. Antes de abordarmos alguns aspectos da instalação de indústrias em cidades, destacamos que estes agentes agem articulados com atores políticos, formando um grupo dominante que rege a ordem existente em uma cidade. É uma conjugação muito forte que determina muitas ações na formação do espaço urbano.

Nesse sentido, o dono de uma atividade industrial, no intuito de acumular capital, aproveita dos incentivos e estímulos promovidos pelo poder público municipal (Estado), que tenta melhorar a situação de vida de alguns munícipes através da instalação de empresas. Neste processo, pode haver um aumento quantitativo da população local, ou até o melhoramento da qualidade de vida de alguns.

O poder público, muitas vezes, dá grande incentivo fiscal para empresários de outros lugares ou centros urbanos distantes para se instalarem em sua cidade. Antes de tudo, ele geralmente planeja a área industrial, principalmente, sua localização, comprando terrenos fora do perímetro urbano, valorizando os espaços *vazios* existentes entre este e a área do parque industrial.

Esta é uma questão de interesse dos especuladores imobiliários, que têm na expansão territorial urbana um meio de valorização de terrenos e para obtenção de lucros nas transações mercantis. Depois de concretizada a instalação de parques industriais, as indústrias têm absorvido uma quantidade considerável de mão-de-obra, tanto rural como urbana, principalmente jovens. É o que verificamos em São Jorge D'Oeste e que demonstramos na seqüência, como fruto do acirramento da industrialização no Brasil, a partir de 1970. Neste processo, houve um intenso êxodo rural. Esta população migrou para trabalhar nos estabelecimentos industriais e continua migrando, porque ela nem sempre consegue

ter subsistência no espaço rural em que vive.

O fato de um município ter indústrias, como acontece em São Jorge D'Oeste, não significa somente influência na expansão urbana, ou no melhoramento da vida de algumas pessoas envolvidas diretamente na produção, mas a partir dos razoáveis salários pagos aos trabalhadores que geralmente são gastos no comércio local, contribui para o aumento da arrecadação municipal, influenciando no jogo de forças políticas.

Esses são fatos e processos que, articulados entre si, na dinâmica das cidades, geram a expansão territorial urbana, favorecendo a classe dominante de cada lugar, pois valoriza seus imóveis (terrenos) e acumula capital (industriais).

É neste sentido que temos estudado, nos últimos dois anos, a formação da cidade de São Jorge D'Oeste (PR), evidenciando implicações na constituição do Parque Industrial I, a partir de 1997. Nosso objetivo principal é compreender os fatores que influenciaram na instalação deste parque industrial e seus principais efeitos na cidade de São Jorge. Para tanto, fizemos pesquisa bibliográfica, coleta e tratamento de dados secundários (como do IBGE) e, coleta e apreciação de dados primários (aplicamos questionários em 20% do universo de 245 funcionários dos estabelecimentos do parque e realizamos 50 entrevistas), de forma a compreender a temática em questão. Alguns autores que têm orientado nossa pesquisa através de sua produção intelectual, são Roberto Lobato Corrêa, Celso Furtado, Caio Prado Jr., Ana Fani Carlos, Ricardo Antunes, Henri Lefebvre, entre outros.

O Parque Industrial I

O município de São Jorge D'Oeste tem investindo nos últimos anos na criação de indústrias como forma de geração de empregos para a sua população, com isso foi criado o Parque Industrial I, no final do ano 1997, pela administração municipal do prefeito Luis Raimundo Corti (PMDB), sendo iniciado primeiramente como parque industrial têxtil por duas indústrias de confecções, a Ermínia Maria Latreille e a Pó do Pano.

Somente em 2001, instalou-se a empresa Embalagens São Jorge com a fabricação de pratos e bandejas. No começo de 2003,

instalou-se a empresa Plásticos Grandes Lagos com trabalho de reciclagem de plásticos.

Atualmente, o Parque Industrial I conta somente com estas quatro empresas localizadas ao lado da PR 475, Km 03, saída para Quedas do Iguaçu. Absorve uma pequena quantidade de trabalhadores dispostos em ter uma renda mensal, que acaba contribuindo para o crescimento do município.

Leis e incentivos para a criação do Parque Industrial I

De acordo com a Lei Nº. 021/97, que dispõe sobre a aquisição de terreno destinado para as futuras instalações de indústrias no município de São Jorge D'Oeste, ficou autorizado ao Executivo municipal adquirir um imóvel localizado na Fazenda São Jorge, Linha Santo Antônio, às margens da PR 475, lote Nº. B.68.1.1 com 175 metros de frente para a mesma e 103 metros de fundo, tendo 18.025 metros quadrados de propriedade do Sr. Vital Gaio. O citado terreno teve destinação específica para as instalações de indústrias no município a partir da data de 02 de julho de 1997.

Já de acordo com a Lei n. 013/98, de 31/7/1998, aprovada pela câmara de vereadores e sancionada pelo prefeito municipal, dispõe sobre a concessão de incentivos de fomento à instalação ou ampliação de empreendimentos agropecuários, industriais, comerciais, agro-industriais, turísticos e prestadores de serviços, e institui o Fundo de Desenvolvimento Econômico de São Jorge D'Oeste (FUNDEJOR), a Comissão de Análise e Parecer da Prefeitura Municipal e o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODEJOR).

Os incentivos de fomento são da seguinte ordem:

I -TRIBUTÁRIOS: isenção de tributos municipais.

II -IMOBILIÁRIOS: com cessão ou venda de bens imóveis nos termos do art. 647 do Código Civil, com concessão real de uso e de domínio nos termos do Decreto-lei nº 271, de 28/02/67 - Parágrafo 1º da Constituição Federal, cessão a título oneroso ou gratuito.

III -INFRAESTRUTURAIS: Terraplanagem, escavação, calçamento, drenagem acesso à água, esgoto, energia, etc.

IV -ECONÔMICOS: Estudo de viabilidade do empreendimento e elaboração de projetos técnicos e programas de capacitação profissional.

V –FINANCEIROS: financiamento de empreendimentos produtivos através do Fundo de Desenvolvimento Econômico de São Jorge D'Oeste (FUNDEJOR).

Esses incentivos de fomento são concedidos em regime de comodato (*bens* que a prefeitura municipal repassa à empresa como terreno, infraestrutura, máquinas, repasse em dinheiro por um determinado prazo de tempo; depois de cumprido esse tempo e as exigências do contrato, estes *bens* são leiloados conforme a lei de responsabilidade fiscal do ano 2000), num prazo de até dez anos, sendo invalidados caso a empresa venha a cessar suas atividades. Assim os incentivos infraestruturais voltarão a integrar o erário público municipal.

O CODEJOR é responsável pela execução da política de incentivos de fomento econômico e financeiro, sendo que o FUNDEJOR é responsável pela concessão de financiamento ao desenvolvimento econômico, mediante a execução de programa de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico e o Plano Plurianual.

O FUNDEJOR possui a finalidade de:

- Diagnosticar as potencialidades econômicas do município;
- Definir as potencialidades e necessidades econômicas e sociais da população;
- Estabelecer procedimentos e deflagrar ações indispensáveis ao desenvolvimento auto-sustentado da *comunidade* segundo suas potencialidades.

Assim o CODEJOR é responsável para exercer a administração do FUNDEJOR, como gerir e estabelecer prioridades de aplicação dos recursos deste, acompanhando a aplicação dos recursos financeiros destinados ao programa de emprego e relações de trabalho, entre outros.

Esses recursos são concedidos às empresas que vierem a se instalar no município, quando consideradas de interesse para o desenvolvimento do mesmo. Esses incentivos serão concedidos parcial ou totalmente, após a avaliação dos projetos em que se analisem os aspectos econômico-financeiros e administrativos, levando em conta os fatores de prioridade, essencialidade, dimensão, padrão tecnológico, capital da empresa, número de empregos gerados e faturamento.

Neste contexto, alguns empresários encaminharam, junto à prefeitura municipal, *protocolos*, a fim de iniciarem o processo de negociação e instalação de suas empresas no parque industrial de São Jorge D'Oeste. Vejamos, a seguir, o quadro geral dos protocolos (Quadro 1).

Quadro 1 - Resumo dos incentivos fiscais recebidos por cada empresa do parque industrial I e dos compromissos assumidos pelos empresários.

Empresa	Ramo	Data do protocolo	Valor recebido para compra de máquinas (R\$)	Barracão/ área do terreno	Período do contrato	Investimento da empresa (R\$)	N. de empregos a serem oferecidos
Ermínia Maria Latreille & Cia Ltda.	confeccões	02/09/99	50.000,00	300m ² / 6.000m ²	10 anos	120.000	80
Ermínia Maria Latreille & Cia Ltda. (ampliação)	confeccões	20/04/01	Não apresenta	600m ²	10 anos	Não apresenta	50
Pó do Pano Indústria e Comércio de Confeccões Ltda.	Confeccões	07/01/98	30.000,00	300m ² / 6.000m ²	10 anos	80.000	40
Guará Embalagens Ltda.	embalagens	15/10/01	70.000,00	1.100m ² / 6.000m ²	10 anos	Feito pela prefeitura	100
Incopal Indústria e Comércio de Plásticos Pato Branco Ltda.	Reciclagem de lixo e embalagens plásticas	01/03/02	70.000,00	1.500m ² / 7.500m ²	10 anos	Feito pela prefeitura	45 para 90 dentro de 12 meses

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados da Prefeitura Municipal - protocolos de intenções, fevereiro de 2004.

O fato de não serem informados alguns dados nos protocolos de intenções é devido à existência de outro contrato particular entre a empresa e prefeitura municipal, no qual se realizam mais alguns acordos que não são divulgados ao público. Conforme depoimento concedido por um dos funcionários públicos da prefeitura municipal, as instituições FUNDEJOR e CODEJOR criadas na lei 013/

1998, até o momento, não passaram do papel. Possivelmente, as decisões, até o momento, sobre as instalações das empresas no parque industrial, tenham sido tomadas por pequenos grupos de pessoas, determinantes na dinâmica política e econômica municipal.

As indústrias do Parque Industrial I

a) Erminia Maria Latreille & Cia Ltda.

Foi a primeira empresa a se instalar no Parque Industrial I no ramo de confecções, tendo a sua origem com capital familiar, no ano de 1982, no município de Dois Vizinhos (PR), com a proprietária e fundadora Erminia Maria Latreille. Hoje, junto com ela, fazem parte mais sete sócios, que são seus irmãos. A empresa, quando começou sua atividade, era muito pequena. Possuíam poucas máquinas e a própria família é que trabalhava. A partir daí se teve a idéia de aumentar a produção, financiando máquinas novas. Conforme o depoimento da supervisora de produção, foi com uma boa administração que conseguiram chegar à empresa que hoje se destaca no sudoeste do Paraná com as marcas Latreille, Zezé di Camargo & Luciano e Latreille Teen. A matriz de Dois vizinhos possui mais uma filial em Foz do Chopim, localidade do município de Cruzeiro do Iguaçu que, juntamente com São Jorge D'Oeste, somam 760 funcionários.

Na filial de São Jorge D'Oeste, a empresa iniciou suas atividades no dia 24 de junho de 1998, com apenas 35 funcionários, confeccionando camisas. Para isso, recebeu da prefeitura municipal alguns incentivos como a doação de um barracão de 500m² em regime de comodato e o repasse de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) em dinheiro para a compra de máquinas, conforme mencionamos no quadro nº1. Os motivos de sua instalação foram os incentivos fiscais oferecidos pela administração municipal e a oferta de força de trabalho no mercado regional.

Até no ano de 2000, sofreu a ampliação em contrato com a prefeitura municipal, quando recebeu mais um barracão que, conforme consta no protocolo de intenções, seria de 600m². Porém, na realidade, foi construído um de 1200m², criando-se mais um grupo de trabalhadores para confeccionar jeans como calças, shorts, saias

etc. Hoje já conta com 123 funcionários, todos com carteira assinada, que trabalham um turno de trabalho de 44 horas semanais, não necessitando de hora extra. Deste total de 123 funcionários, 111 são mulheres e apenas 12 são homens, em virtude da especificidade das tarefas deste estabelecimento, o que nos revela uma divisão social e sexual do trabalho, muito comum neste ramo de produção.

b) Pó do Pano Indústria e Comércio de Confecções Ltda.

Foi a segunda empresa a se instalar no parque industrial, antiga Dasher Confecções, iniciando as suas atividades em julho de 1998. Teve o início familiar, pois o proprietário, Mauri Dalmolin, possuía uma alfaiataria no município de Quedas do Iguaçu (PR), iniciada em 1986, onde ele mesmo confeccionava ternos e roupas sociais. Porém, foi em 1993 que começou a trabalhar, com sua esposa, na fabricação do jeans, porque o lucro seria maior: jaquetas, calças e outros. Seu aprendizado inicial, no corte e costura, aconteceu entre 1977 e 1986, quando foi empregado de seu irmão, Élio Dalmolin, que tinha uma alfaiataria em Quedas do Iguaçu.

A indústria recebeu incentivos da Prefeitura Municipal de São Jorge para se instalar: um barracão de 500m² em regime de comodato e repasse em dinheiro para compra de máquinas, além da isenção de alguns tributos municipais. Conforme depoimento do dono, foram esses incentivos e justamente a oferta de força de trabalho barata que o atraiu de Quedas do Iguaçu para investir no município de São Jorge D'Oeste. E este é um dos fatores que, aliado às políticas de incentivos municipais, tem determinado a expansão de grandes empresas de São Paulo no sudoeste do Paraná. Há uma reprodução de relações de produção, no sentido lefebvreano, favorecida pela atuação do Estado.

Sua única filial, que fica no parque industrial de São Jorge, começou suas atividades com apenas 20 funcionários, sendo que hoje já conta com 50 pessoas trabalhando, todos com carteira assinada. Do total de 50 funcionários, 41 são mulheres e 9 homens. Neste estabelecimento, Mauri efetua o serviço terceirizado de facção para empresas filiadas da C&A, como a JCR Confecções de São Paulo (capital), e a YD Confecções, de Conchas, também de São Paulo. Deste modo, além da divisão social do trabalho inerente a

este tipo de unidade produtiva, observa-se claramente uma divisão territorial do trabalho. Segundo Antunes (2003), a produção industrial e de serviços, aumentou a fragmentação da classe trabalhadora, precarizando e terceirizando a força humana trabalhadora.

Este é um aspecto que ocorre em diferentes lugares do Brasil. Neste caso, *empresas do estado de São Paulo* aproveitam os subsídios municipais e a força de trabalho existente em São Jorge e em outros municípios. Há uma articulação territorial, de complementaridade, entre diferentes lugares, setores e pessoas, cada vez mais intensa, por causa das redes de circulação e comunicação e de vantagens oferecidas por distintos lugares.

c) Embalagens São Jorge Ltda.

Antiga empresa GUARÁ EMBALAGENS LTDA., inaugurada no mês de outubro do ano de 2001, sofreu alteração em sua razão social. Foi a terceira empresa a se instalar na área do Parque Industrial I, com a produção de embalagens do tipo bandejas e pratos de papelão e laminados. Tem um único proprietário, o Sr. Edson Luís Casagrande, que reside hoje no município de Pato Branco.

A princípio, a empresa instalada em São Jorge D'Oeste era filial, ficando sua matriz no município de Dois Vizinhos, tendo como sócio o Sr. Carlos Nodari, de Cruzeiro do Iguaçu. Até que, no início de 2004, ocorreu a separação desta sociedade, ficando o Sr. Edson com a empresa de São Jorge e o Sr. Carlos desfazendo-se da empresa instalada em Dois Vizinhos e recriando no município de Cruzeiro do Iguaçu. Assim, a EMBALAGENS SÃO JORGE LTDA torna-se uma unidade única, em São Jorge.

A empresa iniciou suas atividades com 72 funcionários que, conforme cita o gerente de produção, produziam apenas 1/3 do que se produz atualmente com apenas 44 funcionários, o que é suficiente para a estrutura e a capacidade produtiva da indústria. Percebe-se que houve uma intensificação do trabalho. Já de acordo com o protocolo de intenções firmado entre o empresário e a prefeitura municipal, o compromisso era de gerar, de início, 100 empregos, o que foi uma previsão equivocada e mal calculada por ambos, como

afirma o Sr. Jorge. Do total de 44 funcionários, 27 são homens e 17 são mulheres.

d) Plásticos Grandes Lagos Ltda.

Foi a última empresa a se instalar no Parque Industrial I, com o trabalho de reciclagem de lonas de politileno e sacolas plásticas provenientes de lixo, iniciando suas atividades em 1/2/2003, sob o comando do sócio e gerente Airton Sordi, do município de Pato Branco (PR).

Os principais motivos que fizeram com que a empresa fosse instalada no município, conforme depoimento do gerente supra citado, foram os incentivos de estrutura da administração municipal e a oferta de força de trabalho para esse tipo de atividade, o que ratifica a argumentação de Correa (1989) sobre a complementaridade entre os agentes do capital e do Estado, usufruindo de trabalhadores da cidade e do espaço rural.

A empresa Plásticos Grandes Lagos é a única filial da matriz de Pato Branco, de razão social INCOPAL – Indústria e comércio de Plásticos Pato Branco Ltda. Com início familiar, a empresa começou suas atividades há treze anos, composta pelos irmãos Martins Sordi, Volnei Sordi e um sócio, o Sr. Manoel Silveira, que hoje não faz mais parte da sociedade.

Com o passar dos anos, acumulando capital e fazendo alguns financiamentos, a empresa conseguiu crescer e ampliar sua matriz. Começou com apenas 15 funcionários e hoje, com sua estrutura ampliada, já conta com 120 pessoas trabalhando na produção de embalagens plásticas.

Já a sua filial de São Jorge D'Oeste, faz a reciclagem de lonas de politileno (sinônimo de polietileno, plástico flexível e quimicamente resistente), em torno de 120 toneladas/mês e sacolas plásticas, cerca de 10 toneladas/mês provenientes de lixo. A maior parte da matéria-prima é proveniente do sudoeste do Paraná, principalmente dos municípios de Dois Vizinhos e Pato Branco, através da empresa Juli Plast que trabalha com o recolhimento do lixo. A exceção é o município de Toledo, que fica no oeste do estado, no qual a coleta se dá através da empresa Doma. O transporte desta matéria-prima até

Comparando o quadro resumo final com o quadro dos *protocolos de intenções*, verifica-se que a única empresa que cumpre, no momento, o contrato em relação ao número de funcionários é a *Pó do Pano*. A *Latreille* apenas se aproxima do número previsto.

Observa-se também a perda de produção das empresas *Embalagens São Jorge* e *Plásticos Grandes Lagos*, o que difere das duas confecções onde a matéria-prima é a mesma do produto final, diferenciando apenas a qualidade da mercadoria. Através do fluxo inerente a circulação das mercadorias geradas por cada unidade produtiva, e mesmo com a aquisição da matéria-prima, podemos avaliar o raio de atuação destas empresas na distribuição de seus produtos, revelando um intenso fluxo através de redes de circulação, tanto no nível local como regional e mesmo nacional. Notamos que as empresas possuem um vasto território de atuação na distribuição de suas mercadorias pelo Brasil, especialmente, através da empresa *Latreille* que abrange as principais cidades e todos os estados do Brasil.

Conforme Antunes (2003), as funções produtivas e de controle do processo de trabalho social são radicalmente separadas entre aqueles que *produzem* e aqueles que *controlam*. Isto formata um território de atuação de cada empresa, envolvendo desde os fornecedores da matéria-prima, a produção, a mobilidade dos trabalhadores, até o mercado consumidor.

Outro aspecto importante é que todas as empresas, em suas relações de trabalho, possuem uma divisão social bem definida. Segundo Antunes (2003), o trabalho é um processo que, simultaneamente, altera a natureza e autotransforma o próprio ser que trabalha. Em cada estabelecimento, há uma divisão social do trabalho, voltada à reprodução do capital.

Estas empresas utilizam a *cronometragem* para poder aproveitar melhor o tempo de rendimento de seus funcionários. O que se percebe de forma clara, é a intensificação do processo produtivo e exploração de forma alienada da força de trabalho. O trabalho produtivo é: "(...) aquele que produz diretamente a mais valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado seu núcleo principal" (ANTUNES, 2003, p.102).

A empresa Latreille, que mais gera empregos, possui a menor média salarial. Entre as empresas, observou-se que os estabelecimentos de confecções possuem um número expressivo de força de trabalho feminina. Isto de modo desigual e diferenciado em sua *divisão sexual do trabalho*. A mulher trabalhadora, em geral, realiza suas atividades de trabalho duplamente, dentro e fora de casa.

As indústrias Plásticos Grandes Lagos e Embalagens São Jorge, que absorvem mais força de trabalho masculina, possuem salários maiores, comparados com os dos trabalhadores dos estabelecimentos de confecções.

Na pesquisa de campo, notamos também que a falta de força de trabalho qualificada no município é resultado da falta de recursos do governo federal para a capacitação dos trabalhadores e da falta de investimentos por parte das empresas. Apenas o dono da empresa Pó do Pano mencionou o favorecimento do sindicato regional, significando o enfraquecimento da organização da própria classe trabalhadora.

A empresa Pó do Pano é a única que trabalha como prestadora de serviços para empresas do estado de São Paulo (como a C&A). As grandes empresas, no momento atual, estão cada vez mais horizontalizando seus serviços, constituindo redes cada vez mais complexas no território.

Desta forma, verificamos alguns aspectos das relações de trabalho existentes em cada empresa, a partir do discurso dos donos dos meios de produção.

Os trabalhadores do Parque Industrial I

Neste contexto, abordamos a situação sócio-econômica de trabalhadores do Parque Industrial I, além dos motivos que levam muitas famílias e, principalmente, jovens, a migrar do espaço rural para a cidade em busca de trabalho. Para isso, mostramos o resultado das entrevistas feitas com 20% do universo de 245 funcionários dos estabelecimentos do parque: entrevistamos 50 pessoas aleatoriamente, de ambos os sexos e diferentes faixas etárias. Apresentamos a seguir os resultados desta coleta de dados.

De modo geral, a partir destes dados e do que observamos em

campo, constatamos que há uma parcela significativa de jovens e adultos casados trabalhando nas empresas do parque, especialmente, do sexo feminino. Isso acontece em virtude da costura industrial, para a qual as mulheres possuem mais habilidade do que os homens. Conforme Antunes (2003), isto é uma consequência das mudanças do mundo do trabalho, ou seja, cada vez mais o salário feminino tornou-se fundamental no orçamento doméstico.

A empresa Plásticos Grandes Lagos possui força de trabalho na maior parte masculina, porque o trabalho de reciclagem de plásticos é bastante pesado. A única igualdade acontece com a Embalagens São Jorge, onde o serviço não classifica muito a questão do gênero.

Em relação às faixas etárias dos trabalhadores das empresas, apenas a Embalagens São Jorge e a Plásticos Grandes Lagos apresentaram uma certa variação. O que é diferente nas duas confecções, nas quais há um número significativo de jovens. O nível de escolaridade dos funcionários das empresas Latreille e Embalagens São Jorge se apresentaram mais elevado, em razão da exigência de estudo que as empresas fazem na hora da contratação. Ao contrário, a Pó do Pano e a Plásticos Grandes Lagos, não exigem qualquer nível de escolaridade. Um dos problemas apresentados nas empresas, com exceção da Latreille, é a pouca permanência por parte dos funcionários na empresa: caracterizam-se, aí, constantes demissões e contratações como descrevemos anteriormente.

Quanto ao transporte utilizado, apenas as empresas de confecções pagam transporte coletivo aos funcionários, por terem horários de trabalho iguais e um bom número de trabalhadores, o que acaba facilitando o pagamento. A grande maioria dos trabalhadores tem bens, como casa própria, televisão, geladeira, telefone e, alguns, carro ou moto. No entanto, não identificamos nenhum empregado com plano de saúde. Isto acontece porque eles não têm recursos financeiros para tal.

Entre os funcionários entrevistados, quase todos estão satisfeitos com o trabalho que exercem, havendo alguma exceção no caso da empresa Plásticos Grandes Lagos. Apenas os funcionários da Embalagens São Jorge apresentam uma maior satisfação em relação ao salário que recebem.

Vejam os mais alguns detalhes sobre os trabalhadores do Parque Industrial de São Jorge D'Oeste. Estes dados são importantes, pois mostram aspectos claros do êxodo rural, do vai-e-vem cotidiano de trabalhadores (como já citamos) e de um importante componente da relação urbano-rural neste lugar, como fruto de uma trama territorial entre distintos setores, instituições, indivíduos.

Conforme os dados coletados, notamos que 80% dos entrevistados moram na cidade, sendo que o restante, 20% dos 50, desloca-se diariamente do espaço rural para trabalhar nas empresas do parque industrial (Quadro 3). Tanto o êxodo como os deslocamentos diários são dinamizados pelos agentes do capital, para os quais, a mobilidade da força de trabalho é fundamental, pois esta, como afirmara Marx, é a única que gera trabalho não pago (SAQUET, 2003). Isto significa dizer que, para os donos das empresas, é fundamental ter trabalhadores que possam remunerar com baixos salários, mantendo ou aumentando sua margem de lucro na produção industrial.

Quadro 3 - Local de residência dos funcionários entrevistados.

CIDADE	%	ESPACO RURAL	%	TOTAL	%
40	80%	10	20%	50	100%

Fonte: Pesquisa de campo da autora, julho de 2004.

A partir destes dados (Quadro 4) percebemos o êxodo rural de 52% dos entrevistados, além dos 18% que se deslocam diariamente da sua propriedade até o trabalho. Notamos que são apenas 14% os que sempre moraram na cidade e não há nenhum caso de pessoa que morava na cidade e fora morar no espaço rural. Mas há uma quantidade significativa de 16% de pessoas que migraram de outros municípios para São Jorge D'Oeste, em busca de trabalho. E apenas um caso que morava em outro município no espaço rural. Este, veio para São Jorge D'Oeste morar também no espaço rural, por ter parentes que residem no município e pela perspectiva de trabalho. "Essas migrações internas contribuem para trazer ao mercado capitalista pessoas que estavam anteriormente integradas à economia de subsistência (...) a mecanização da agricultura reduziu sua demanda por mão-de-obra, os desempregados têm de migrar

para outra área em busca de meios de vida” (SINGER, 1998, p. 51 e 58).

Quadro 4 - Locais onde residiam antes de morar no local atual.

Local	Total	%
Cidade	--	--
Espaço rural	26	52%
Sempre morou na cidade	7	14%
Sempre morou no interior	9	18%
Outros municípios	8	16%
Total	50	100%

Fonte: Pesquisa de campo da autora, julho de 2004.

Com estes dados questionamos os entrevistados que residiam no espaço rural e vieram morar na cidade. Várias situações foram apontadas: muitos migraram devido à falta de uma renda mensal no campo, de um trabalho fixo e uma perspectiva de mudança de vida, pois acreditam que ficar na roça não tem futuro. Outro fator que levou muitas famílias a migrar é a falta de um pedaço de terra para viver, o que fez muitos trabalharem de arrendatários, ou até mesmo para alguns a propriedade que possui é pequena demais para a subsistência da família. Como nos mostram os dados da estrutura fundiária do município, existem 783 estabelecimentos com área inferior a 10 ha no município de São Jorge D'Oeste.

Percebemos que os que mais migraram foram os jovens e os adultos da faixa de 21 a 25 anos, em busca de emprego, acesso fácil ao estudo na cidade e de uma renda mensal. Como exemplo, temos o funcionário da Pó do Pano, Valdinei Gonçalves, 20 anos, que após seis meses de serviço trouxe seus pais morar consigo. Estes vieram morar com ele na cidade. Tivemos alguns casos de migração por problemas familiares e por divórcio, nos quais se teve a necessidade de vender a terra.

Entre os entrevistados, alguns vieram de outro município, tendo como fator de mudança, a busca de emprego, porque no local onde moravam não havia trabalho. Outros migraram por convite de parentes que já estavam em São Jorge, como no caso de uma funcionária da Latreille, Claudiane Loch, 24 anos, que residia no município de Quedas do Iguaçu (PR).

Para os que se deslocam diariamente do espaço rural para o seu trabalho, constatou-se, na maioria, a busca por uma renda mensal para a família, além do fato de poder mudar um pouco a rotina de vida, ou seja, são atraídos também pela complexidade social da vida urbana. Muitos jovens são atraídos pela cidade em virtude das atividades de lazer. Entre as principais *comunidades* (localidades do espaço rural do município de São Jorge) de onde os trabalhadores migraram, em algumas o êxodo foi maior, como São Pio X, São Geraldo e Fazenda Velha. Do total, são 26 pessoas, dos entrevistados, que migraram, não incluindo os que sempre moraram no *interior* e na cidade.

Isto é, aparecem indícios da migração urbano-urbano além do movimento sempre presente, rural-urbano, inerente à vida em sociedade. Estas pessoas migraram para São Jorge convidados, inicialmente, por parentes e/ou amigos. Posteriormente, tiveram a possibilidade de trabalhar no Parque Industrial da cidade. As motivações são, nestes casos, identitárias e culturais, num primeiro plano. De forma complementar "a transferência das atividades do campo à cidade parece ser motivada por uma exigência técnica da produção industrial: a aglomeração espacial das atividades que se resulta em urbanização" (SINGER, 1998, p.33).

Os migrantes, em seu conjunto, do que conseguimos identificar, atualmente, moram no centro da cidade (em torno de 80% dos questionados); o restante mora nos bairros da Lapa, Albino Corti e Mané Garricha, localizados próximos ao parque industrial. São poucos os que residem nos bairros, o que é uma mera coincidência. O fato é que a parte considerada *centro* da cidade é relativamente grande, não havendo divisão desta área. Os bairros citados pelas pessoas foram criados fora da área central, sendo alguns recentes como o bairro Albino Corti, criado no ano de 1998, próximo à área do Parque Industrial I.

As *comunidades* onde residem as pessoas que se deslocam diariamente para trabalhar nos estabelecimentos do parque, são todas pertencentes ao recorte político-administrativo do município de São Jorge D'Oeste. Neste caso, a *comunidade* de Linha Perobal foi a que mais apresentou este deslocamento, em virtude das precariedades das condições de vida e do transporte escolar gratuito (manhã e tarde) que passa pelo local, facilitando, assim, o trabalho

diário na cidade.

Este quadro descrito nos apresenta a vontade e a necessidade de trabalho de alguns trabalhadores. Dos 50 entrevistados, 15 disseram não saber e 6 deles gostam do trabalho que fazem. As oportunidades de emprego que a maioria gostaria de ter são simples e existentes no município, como agente de saúde, secretário(a) e vendedor, porque, pelo que notamos, são atividades que não exigem uma significativa escolaridade. Uma observação importante, é que vários indicaram atividades que, no geral, permitem um ganho mensal maior, como agrônomo, veterinário, gerente de loja. Inclusive, um gostaria de ser empresário, provavelmente, orientando-se a partir das conquistas de seu patrão.

Quando questionamos o que fariam se não tivessem o trabalho atual, uma boa parte dos 50 entrevistados respondeu que iria embora do município (36% das pessoas). O correspondente a 24% de pessoas disse que voltaria a trabalhar na roça. São os que migraram do campo ou que residem ainda lá. Porém, percebe-se que as opções de trabalho no município são poucas, como as atividades de doméstica, pedreiro e autônomo (fazem trabalhos gerais, normalmente, como diaristas).

Quando perguntamos aos trabalhadores como conseguiram o trabalho atual, 54% responderam que conseguiram por conta própria, ou seja, entraram em contato com os donos dos meios de produção e foram selecionados. Outros 30% foram por indicação de amigos ou parentes que trabalham na empresa, significando isto uma forma importante para se conseguir emprego na atual crise do trabalho. No entanto, 16% deles conseguiram com ajuda de funcionários da prefeitura, ou amigos políticos que, desta maneira, têm uma forma de manipulação política do trabalhador na hora das eleições municipais. Conforme Oliveira (2001), o governo municipal passa a ser dependente do capital privado, atendendo suas reivindicações, o que tem se manifestado historicamente no Brasil, nas diferentes esferas de poder do Estado. Tanto Oliveira (2001) como Corrêa (1989), reforçam a historicidade desta articulação entre os agentes do capital e do Estado que verificamos em São Jorge D'Oeste, provocando mudanças profundas na vida das pessoas e na organização da cidade, desde a definição da área do parque, construção de infraestruturas, êxodo rural, crescimento da

população da cidade, entre outras características inerentes a este processo.

Observamos também que apenas 37% dos entrevistados gostariam de voltar a viver e trabalhar no espaço rural, desde que tivesse terra ou mais terra para poder trabalhar. Já outros voltariam caso não tivessem emprego na cidade. Os entrevistados comentaram a necessidade de ter estudo para continuar no emprego e as vantagens do trabalho na roça: não precisam marcar ponto, cuidam dos animais e podem fazer seu horário de trabalho.

O mais relevante é que a maioria dos que migraram não sente mais vontade de voltar a trabalhar no espaço rural, significando 63% dos entrevistados. As queixas mais freqüentes são: o *serviço muito sofrido* e já acostumaram com a vida na cidade. De fato, as falas dos entrevistados revelam dificuldades que eles têm na roça, em virtude da falta de instrumentos adequados para o trabalho, carência de financiamentos específicos para o agricultor familiar, das intempéries, entre outros fatores.

O alto custo para plantar e se manter e a falta de incentivos fizeram, na agricultura familiar, com que muitos desanimassem a permanecer no espaço rural. Já para os mais jovens, o fato do espaço rural não ter muita opção de lazer, o sol quente e a falta de renda mensal foram os fatores de migração. Porém, um dos principais motivos, foi o fato de alguns não possuírem terra. "A incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra e os fatores de mudanças, provocam um fluxo maciço de migração que tem por conseqüência reduzir o tamanho absoluto da população rural" (SINGER, 1998, p.38).

Isto, nada mais é, que um processo referente ao movimento de modernização da agricultura que ocorreu no sudoeste do Paraná a partir do final dos anos 1960 e, sobretudo, a partir de 1970, determinando a mobilidade de parte da força de trabalho em razão da mecanização da agricultura e da implantação do binômio soja-trigo. Este processo, como sabemos, liberou força de trabalho no campo e impulsionou a descapitalização de agricultores que rumaram para cidades.

Considerações Finais

De modo geral, apesar das especificidades de cada espaço, há redes de circulação e comunicação que interligam o rural e o urbano, em São Jorge D'Oeste e em outros lugares. Estas relações e redes são econômicas, como destacamos, e também são políticas e culturais, afetivas, simbólicas. E mais, mesmo as econômicas, têm em seu *interior*, aspectos culturais e políticos, como verificamos em São Jorge D'Oeste.

O poder público local facilitou e favoreceu as empresas instaladas na área do parque industrial, possuindo uma relação de dependência com os donos dos meios de produção. Como o sindicato dos trabalhadores em indústrias não consegue qualificar politicamente os operários, no geral, estes não conseguem compreender as amarras políticas. Desta maneira, o poder público, por ser dependente dos donos dos meios de produção, sempre acaba atendendo as suas reivindicações, como forma de tentar garantir suas eleições através da manipulação do proletariado.

Os trabalhadores assalariados, por serem uma classe social excluída, vendem sua força de trabalho aos donos dos meios de produção para garantir seu sustento em troca de baixos salários. Isto resulta em um acúmulo de capital aos donos dos meios de produção através da exploração do trabalho cristalizada pelo pagamento de baixos salários.

Dentro dos estabelecimentos industriais, observou-se que boa parte dos empregados existente é formada por jovens e adultos provenientes do meio rural, que, em razão das precariedades de vida, migram para a cidade em busca de uma renda mensal, onde acabaram sendo absorvidos pelas empresas, como verificamos no parque industrial de São Jorge D'Oeste. Esta renda mensal acaba sendo importante como forma complementar aos baixos ganhos originados com a produção agrícola.

Os donos dos meios de produção, por sua vez, possuem grande interesse por esta força de trabalho proveniente do espaço rural, por serem pessoas trabalhadoras e que dificilmente darão problemas políticos futuros, o que lembra da *ideologia do trabalho* implementada no Brasil no final do século XIX na seleção dos migrantes italianos dirigidos ao sul do Brasil, como demonstrara

Saquet (2003). Esta ideologia do trabalho é reproduzida de geração para geração, na cidade e no espaço rural e se manifesta diariamente através das atividades que efetivamos. Os trabalhadores da *roça* são tidos como fortes fisicamente, tranquilos e, normalmente, em favor da ordem estabelecida.

A partir do discurso desenvolvimentista de administrações municipais, somente o crescimento industrial poderia provocar o desenvolvimento. Assim, deixa-se de lado a agricultura familiar e outras atividades, fazendo com que os pequenos proprietários, por falta de incentivos e investimentos, não consigam se manter em suas unidades de produção e de vida. Isto provoca uma intensa migração de jovens e adultos para a cidade em busca de trabalho assalariado.

Desta forma, se os governantes municipais não pensarem em uma forma de geração de empregos que consiga manter estas pessoas no município, estes acabarão migrando para centros maiores. É uma tendência que nos parece clara em São Jorge D'Oeste. Desse modo, a conclusão à qual se chega é que este processo de industrializar o município a partir da criação de parques industriais e incentivos infra-estruturais e tributários a donos de meios de produção, é uma forma deles aumentarem cada vez mais o seu capital a partir da exploração do proletariado, além de manter no município uma pequena parte da população que ainda existe.

A criação do parque industrial em São Jorge D'Oeste resultou em um intenso fluxo de força de trabalho rural para as empresas, a partir da mecanização da agricultura e da falta de incentivos e investimentos em pequenas propriedades rurais. Isto acabou beneficiando, principalmente, alguns empresários, que além terem recebido grandes incentivos de infra-estrutura e tributários, puderam se beneficiar da oferta de força de trabalho barata.

Com estas e outras questões, perguntamos: a que ponto o processo de industrializar o município é importante? Existem outras alternativas para se desenvolver o município sem a industrialização concentrada em parques industriais como o de São Jorge? Por que não se investe na agricultura familiar e na criação de pequenas cooperativas e/ou associações de trabalhadores? Com tudo isto, parece-nos claro que precisamos refletir sobre outras alternativas de desenvolvimento local, contemplando a recuperação e preservação ambiental, a autonomia das famílias, enfim, mais qualidade de vida aos trabalhadores imediatos.

Referências

- ALENTEJANO, Paulo. **As relações campo-cidade no Brasil no século XXI**. Terra Livre, ano 19-vol.2, n.21, 2003. p.25-39.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 6ª Ed. SP: Boitempo, 2003.
- BATISTELLA, Danielli e SAQUET, Marcos. Os parques industriais dos municípios de Dois Vizinhos, Salto do Lontra e São Jorge D'Oeste – PR. In: **Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG)**, 2004, Goiânia.
- BATISTELLA, Danielli. **O Parque Industrial I de São Jorge D'Oeste: implicações e relações de trabalho**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. 87p. (Monografia, bacharel em Geografia).
- BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e urbanização**. SP: Contexto, 1994.
- CARLOS, Ana Fani. **Espaço e indústria**. SP: Contexto, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. SP: Ática, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. SP: Ática, 1989a.
- CARLOS, Ana Fani. Uma leitura sobre a cidade. In: **Cidades**, v.1, n.1, 2004. p.11-30.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. SP: Nacional, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.
- PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. 34ª Ed. SP: Brasiliense, 1986.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. SP: Contexto, 1995.

Recebido: 27-03-2006

Aprovado: 14-07-2006